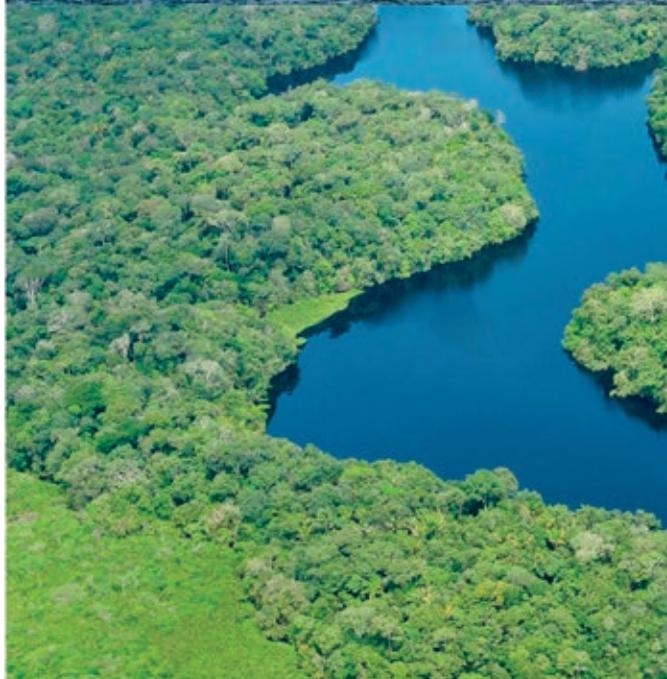
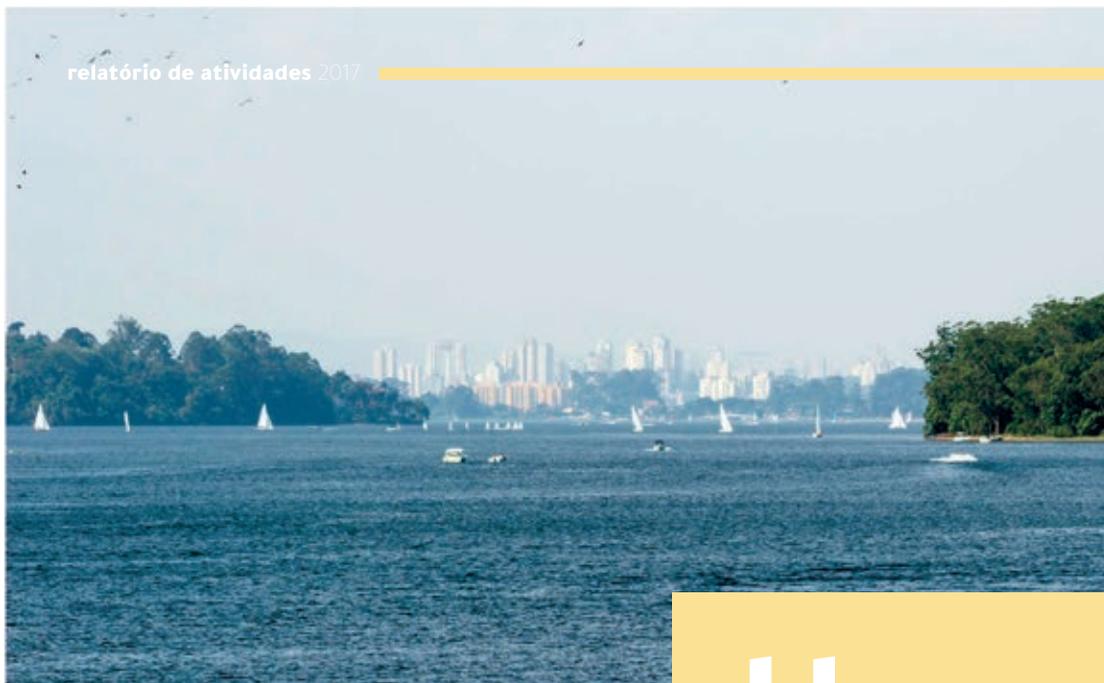




RELATÓRIO DE
ATIVIDADES
2017





O ano de 2018 certamente trará muitos desafios, intensificados por um complexo processo eleitoral e pela necessidade do país de encontrar caminhos para o desenvolvimento sustentável e sustentado.”



apresentação

João Paulo R. Capobianco

Presidente do Conselho Diretor

Fabio de Almeida Pinto

Coordenador Executivo

Em 2017 o IDS concentrou seus esforços em temas de grande convergência entre os dois valores que regem a instituição. A sustentabilidade como visão, a meta que devemos alcançar para termos uma sociedade mais justa, próspera e ambientalmente equilibrada. E a democracia como forma, único caminho possível para alcançar um modelo de desenvolvimento sustentável legítimo e inclusivo.

Reforçamos nossa atuação no tema da água, aprofundando-nos no estudo de políticas públicas que viabilizam o acesso de todos ao abastecimento e à coleta e tratamento de esgoto, considerados pela Organização das Nações Unidas (ONU) direitos humanos fundamentais. Estes esforços consolidaram o IDS como uma organização de referência no tema da água no Brasil, com constantes inserções de mídia e participações em fóruns de diálogo.

Em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), agenda na qual já vínhamos trabalhando desde 2016, ampliamos nossos esforços por meio do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. Coordenamos a elaboração de relatório crítico sobre o avanço da implantação dos ODS no Brasil sob a perspectiva da sociedade civil, que contou com a participação de mais de 50 instituições e teve grande repercussão no Brasil e exterior, apresentado durante o Fórum Político de Alto Nível da ONU.

Também contribuimos com a agenda de transição rumo a uma economia de baixo carbono por meio da atuação na Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, uma articulação multissetorial. Foram publicados 18

posicionamentos ao longo de 2017, que, diante de uma conjuntura de constantes ameaças ao meio ambiente, colaboraram para evitar retrocessos que comprometessem a capacidade do país de honrar seus compromissos internos e externos, notadamente o Código Florestal e a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC).

Por fim, abrimos outras frentes de trabalho com grande aderência aos propósitos do IDS e que podem representar importantes caminhos para nosso crescimento. Destaque para a parceria com o Programa de Economia Circular da Universidade de São Paulo, no âmbito da realização de um estudo prático junto a uma comunidade vulnerável em Maceió (Alagoas), e os trabalhos no âmbito do Projeto Rural Sustentável, que em sua primeira fase buscou melhorar a gestão da terra e das florestas por agricultores nos biomas Amazônia e Mata Atlântica.

O conjunto de atividades demonstra que, mesmo diante de uma conjuntura nem sempre favorável, o IDS avançou em muitas agendas importantes para o país. O ano de 2018 certamente trará muitos desafios, intensificados por um complexo processo eleitoral e pela necessidade do país de encontrar caminhos para o desenvolvimento sustentável e sustentado.

Apresentamos a seguir o relatório das atividades desenvolvidas pelo IDS em 2017, seguros de que seguiremos firme em nosso propósito e com a crença de estarmos colaborando para a construção do Brasil que queremos.

o nosso time

Equipe Executiva

Fabio de Almeida Pinto
Coordenador Executivo

Guilherme Checco
Pesquisador

Julio Bardini
Pesquisador

Marcelo Coppola
Comunicação

João Assad
Estagiário de Projetos

Sophia Wiedergrun
Estagiária de Projetos

Marcia Rodrigues
Secretária Administrativa

Conselho Diretor

Adriana Ramos
Altair Assumpção
João Paulo Ribeiro Capobianco (Pres.)
Ricardo Young
Roberto Kishinami
Sérgio Leitão
Suzana Pádua

Conselho Fiscal

Paulo Afonso Garcia
Paulo Cesar Werneck



Associados

01. Adriana Ramos
02. Alexandra Reschke
03. Alexandre de Almeida Youssef
04. Alfredo Helio Sirkis
05. Altair Assumpção
06. Álvaro Antonio Cardoso de Souza
07. Ana Valéria Nascimento Araújo Leitão
08. André Rodolfo de Lima
09. Bazileu Alves Margarido Neto
10. Carlos Alberto Ricardo
11. Carlos Antonio Rocha Vicente
12. Eduardo Giannetti da Fonseca
13. Eduardo Rombauer van den Bosch
14. Eduardo Viveiros de Castro
15. Eustáquio Luciano Zica (licenciado)
16. Gabriela Barbosa Batista
17. Gilberto Câmara
18. Gisela Maria Moreau
19. Guilherme Peirão Leal
20. Jane Maria Villas Bôas
21. João Paulo Ribeiro Capobianco
22. Jorge Luiz Numa Abrahão
23. José Adalberto Veríssimo
24. José Rubens Pereira Gomes
25. Juliana Cibim
26. Luiz Eduardo Soares (licenciado)
27. Márcio José Brando Santilli
28. Maria Alice Setubal
29. Marina Silva
30. Maristela Bezerra Bernardo
31. Marussia Whately
32. Muriel Saragoussi
33. Oded Grajew
34. Paulo Henrique Ribeiro Sandroni
35. Pedro Ivo de Souza Batista
36. Pedro Wilson Leitão Filho
37. Raimundo Sergio Barros Leitão
38. Ricardo Cavaliere Guimarães
39. Ricardo Young Silva
40. Roberto Isao Kishinami
41. Samir Cury
42. Suzana Machado Pádua
43. Tasso Azevedo

destaques 2017

08 água e saneamento

tarifa, direitos humanos, campanhas de engajamento, uso e cobertura do solo

16 objetivos de desenvolvimento sustentável

GTSC2030, Relatório Luz

20 florestas e mudanças climáticas

Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura

24 outras iniciativas

Economia Circular, Rural Sustentável, MapBiomass, Innovation

28 comunicação

Blog Mais Democracia, Mais Sustentabilidade

30 financeiro

por que atuar no tema da governança hídrica?

Desde o lançamento da Plataforma Brasil Democrático e Sustentável, um conjunto de propostas de diretrizes de políticas públicas construído de forma colaborativa e apresentada pelo IDS à sociedade em dezembro de 2014, o Instituto procurou focar sua atuação em desafios de grande complexidade dos dias atuais, nos quais os valores da democracia e da sustentabilidade são centrais para compreensão e solução.

E o tema da água é um destes claros exemplos: um recurso essencial à vida e cujo acesso é considerado um direito humano fundamental pela Organização das Nações Unidas (ONU), assim como o é também o acesso ao saneamento básico.

Ao mesmo tempo, um bem ambiental cuja exploração inadequada, seja devido à captação em volumes superiores à sua capacidade de recarga ou em função da poluição, reduz enormemente sua disponibilidade para consumo humano.

O acesso em qualidade e quantidade suficiente a toda a população se torna ainda mais desafiadora em um contexto de mudanças climáticas, que atingem desproporcionalmente às populações mais vulneráveis socialmente, como resultado, entre outros fatores, do aumento de eventos extremos e da falta de investimentos em adaptação a uma nova realidade climática.

Portanto, há um grande desafio de criar mecanismos de governança hídrica participativos, que garantam o acesso equitativo aos serviços por todos os grupos sociais, e ambientalmente sustentáveis, que assegurem eficiência no uso do recurso e a recuperação das áreas de recarga.

É neste sentido que o IDS atua: gerando informações relevantes para a tomada de decisão, fortalecendo as instâncias participativas de governança, realizando articulações institucionais e realizando atividades que promovam conscientização e engajamento.

água e saneamento

resumo das atividades

Em 2017 o IDS continuou dedicando esforços à agenda da água no Brasil. Constantemente convidado como representante da sociedade civil em fóruns de diálogo e com inúmeras inserções na mídia, nos consolidamos como uma referência na discussão sobre uma nova cultura de cuidado com a água.

Partindo de uma abordagem transversal, os estudos e iniciativas chamam a atenção para a correlação entre os desafios do abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto com outros temas, tais como cobertura e uso do solo, mudanças climáticas, saúde e desenvolvimento rural, entre outros. A complexidade destas relações e os vários atores implicados reforçam o entendimento de que se trata de fato de um exemplo concreto da convergência entre os valores da democracia e sustentabilidade.

Visando ampliar este debate, contamos com a participação do Prof. Leo Heller relator especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre água e saneamento na Assembleia Geral do IDS de 2017, oportunidade em que se discutiu com os associados do Instituto o acesso ao saneamento básico enquanto um direito humano reconhecido internacionalmente.

Também nos aprofundamos no debate sobre os instrumentos econômicos que podem incentivar uma nova cultura de cuidado com a água e gerar os recursos necessários para expansão dos sistemas de saneamento básico a ela relacionados.

O ano de 2017 trouxe ainda uma importante inovação em termos de políticas públicas para água, que contou com a contribuição do trabalho do IDS. Em 31 de maio de 2017 o Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo (DAEE) e a Agência Nacional de Águas (ANA) publicaram a nova outorga do Sistema Cantareira à Sabesp. A participação social no processo logrou resultados importantes, como por exemplo, incluir na outorga, de maneira inovadora, condicionantes ambientais e reconhecer o impacto das mudanças climáticas sobre os recursos hídricos, especialmente no agravamento de eventos hidrológicos críticos.

Em 2018 o IDS continuará atuando intensamente no tema, fortalecendo suas atividades a outras regiões do país e buscando propor soluções para a gestão sustentável da água no Brasil.

publicações



Após 1 ano de pesquisa, consultas e um debate público, o IDS e a Aliança pela Água publicaram o estudo “Tarifa de água e esgoto: o que está por trás do valor que pagamos”, representando um pontapé inicial em uma agenda de trabalho que viria a se aprofundar paulatinamente. Essa publicação teve como objetivo “abrir a caixa-preta” que a tarifa é, identificando como é feito seu cálculo, qual o destino do valor arrecadado e as instituições responsáveis por esse processo.

Explorando o caso da Sabesp, maior concessionária do país para os serviços de abastecimento e coleta e tratamento de esgotos, identificou-se a possibilidade de uma série de melhorias que, se aplicadas à tarifa paga pelos usuários, podem induzir à racionalidade do consumo, à maior transparência e à conservação ambiental, visando garantir a disponibilidade de longo prazo da água como recurso natural e direito humano básico.

tarifa de água e esgoto: o que está por trás do valor que pagamos

Esse trabalho reforçou o poder de interlocução do IDS, sobretudo no processo de revisão tarifária da Sabesp, processo conduzido pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do estado de São Paulo (Arsesp), agência reguladora de saneamento no estado de São Paulo. Ao longo do ano de 2017 o IDS realizou uma série de reuniões técnicas com a diretoria da Arsesp, além de ter participado das audiências e consultas públicas a respeito da revisão tarifária.

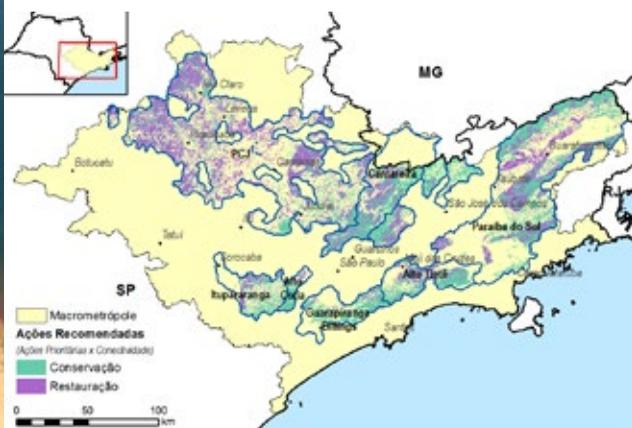
Os desdobramentos deste processo serão objeto de trabalho do IDS ao longo dos próximos anos, procurando influenciar de forma propositiva os processos decisórios referentes à tarifa em todo o país por meio da disponibilização de informações com transparência e do incentivo à participação democrática.

mananciais paulistas como prioridade na agenda pública:

identificação de áreas críticas e recomendações de intervenção

Após extenso período de trabalho conjunto, o IDS, o Laboratório de Geoprocessamento da Escola Politécnica e o Instituto de Energia e Ambiente lançaram a publicação "Mananciais Paulistas como Prioridade na Agenda Pública: Identificação de Áreas Críticas e Recomendações de Intervenção", que teve como objetivo compreender as condições naturais e o impacto da intervenção das atividades econômicas nas áreas de mananciais dos 7 sistemas de abastecimento da Macrometrópole Paulista, identificando o grau de fragilidade ambiental desse território.

Os resultados revelaram que todos os sistemas têm grandes áreas de recarga e infiltração com alto grau de fragilidade ambiental e forte impacto potencial de processos erosivos. Do total das áreas estudadas, 27%, aproximadamente 645 mil hectares, ainda apresentam vegetação nativa e deveriam ser objeto de ações de conservação, enquanto que 24% de áreas agrícolas ou com solo exposto foram considerados de alta fragilidade ambiental, para as quais sugere-se ações de restauração.



O sistema Cantareira foi uma das áreas abordadas no estudo. Com parte de suas nascentes no estado de Minas Gerais e percorrendo o território de outra bacia hidrográfica, é responsável pelo abastecimento de mais de 7 milhões de habitantes da Região Metropolitana de São Paulo. Após intenso processo de discussão em audiências públicas sobre a renovação da outorga de captação dada à Sabesp, com participação ativa do IDS, e de reuniões com representantes da ANA, a nova outorga apresentou como importante novidade a inclusão, pela primeira vez no Brasil, de uma condicionante ambiental prevendo um plano de ação para os mananciais.

ações de comunicação

Duas ações de comunicação na agenda da água e saneamento se destacaram em 2017, realizadas em parceria com a agência Plano Digital Comunicação.

A primeira foi a campanha #ÉdaNossaConta, que procurou conscientizar a população sobre os problemas do saneamento básico em São Paulo e incentivá-la a participar do processo de revisão tarifária da Sabesp, alcançando mais de 80 mil usuários. A campanha procurou, por meio da criatividade e das redes sociais, disseminar informações sobre o estado atual do abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto na cidade de São Paulo, visando assim engajar a população no processo de revisão tarifária da Sabesp, ainda em curso.



De forma complementar, lançamos a petição no Avaaz sob o título “Sabesp: Pare de jogar esgoto não tratado nos rios e córregos de São Paulo”. Protocolada na Sabesp no dia 27 de fevereiro a iniciativa teve cerca de 5 mil assinaturas e alcançou mais de 451 mil pessoas por meio das redes sociais.

Destaque para o vídeo, usado nas campanhas citadas acima, “Os efeitos da água contaminada para a saúde por Geraldo Alckmin”. O material audiovisual destaca a contradição entre, de um lado, a importância do saneamento reconhecida nos discursos políticos, e, por outro lado, o drama sanitário do Estado.

<https://goo.gl/9u2jtv>



articulações



Articulação da sociedade civil, composta por mais 60 organizações e movimentos, criada em outubro de 2014 para enfrentamento da crise hídrica em São Paulo e construção de uma “Nova Cultura de Cuidado com a Água” no Brasil.



Movimento multissetorial que está reunindo uma rede de 85 instituições do poder público, setor privado e organizações da sociedade civil para monitorar o desempenho dos Sistemas Nacional e Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

inserções na mídia, artigos publicados e participações em debates e eventos

janeiro

27/01Folha de São Paulo, "Bem empresarial, mal coletivo": <https://goo.gl/26Cnww>

fevereiro

24/02Folha de São Paulo, "Saneamento, custo versus eficiência": <https://goo.gl/26Cnww>

março

9 e 10/03

Audiências públicas sobre a renovação da outorga do sistema Cantareira à Sabesp (ANA e DAEE/SP)

abril

6/04

Entrevista à Agência Pública de Jornalismo Investigativo, "Sabesp quer aumentar tarifa residencial, mas continua dando desconto para grandes empresas"

<https://goo.gl/Q99pFF>**17/04**

Valor Econômico, "O incerto futuro do Sistema Cantareira"

<https://goo.gl/4ymwMN>**18/04**

Participação no Programa Agora é Lei da TV Assembleia sobre a represa do Guarapiranga e a atualização da lei específica que criou essa área de manancial

<https://goo.gl/xJke5A>**19/04**

Debate organizado pela Aliança pela Água

22/04

Entrevista para o Estadão, reportagem "Estudo põe mananciais de São Paulo em nível crítico"

<https://goo.gl/vszTsj>**23/04**

Estadão, "Água em SP - nenhuma boa notícia no horizonte"

<https://goo.gl/znC3kj>**25/04**

Entrevista à Rede TVT, "Faltam investimentos para recuperar mananciais de São Paulo"

<https://goo.gl/W5apcH>**27/04**

Apresentação do trabalho "São Paulo medieval: saneamento na maior metrópole brasileira" durante o XVII Congresso Abrampa.

maio

10/05

Debate sobre a Renovação da Outorga do Sistema Cantareira, (IEA/USP)

junho

21 a 23/06

Encontro dos organismos de Bacia da América Latina (Relob)

julho	<p>10/07 Entrevista concedida à TV Tribuna, filial da Rede Globo em Santos, a respeito da revisão tarifária da Sabesp https://goo.gl/p7o67m</p>	<p>14/07 Entrevista concedida à plataforma Juntos pela Água https://goo.gl/S2ujud</p>	<p>27/07 Iniciativa "Diálogos para o Aperfeiçoamento da Política e do Sistema de Recursos Hídricos no Brasil" (Ipea, ANA e SRHQ/MMA e Banco Mundial)</p>
agosto	<p>8/08 1º Assembleia Geral do Observatório da Governança das Águas</p>	<p>10/08 Apresentação do trabalho "Mananciais Paulistas" no Grupo de Trabalho de Restauração do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.</p>	<p>31/08 Audiência pública sobre a revisão tarifária da Sabesp (Arseps)</p>
setembro	<p>14/09 Apresentação do trabalho o trabalho "Tariff policy as a tool for the universalization of sanitation: the São Paulo case" no 4th Responsible Management Education Research Conference</p> <p>22/09 Seminário internacional "Multilevel Governance em prol do desenvolvimento regional sustentável nas aglomerações urbanas do Ruhr (Alemanha) e do Grande ABC Paulista" (UFABC)</p>	<p>26/09 Apresentação do trabalho "A tarifa dos serviços de saneamento de água: caminhos para viabilizar a despoluição dos rios" no debate "A Cidade e a Água" (Arq.Futuro e Insper)</p> <p>27/09 Apresentação do trabalho "Unindo esforços para a segurança hídrica" na Conferência Ethos 360°</p>	<p>28/09 Apresentação do trabalho "Participação social nos processos regulatórios" no X Congresso Brasileiro de Regulação - Associação Brasileira de Agências de Regulação</p>
outubro	<p>5/10 Mesa "Saneamento Ambiental: Desenvolvimento e qualidade de vida na retomada do crescimento" no 29º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental organizado pela Abes</p>	<p>10/10 Painel "Educação para a construção de Valores na Cidadania" no 1º Encontro de Universidades (Instituto FEBRABAN de Educação)</p>	
novembro	<p>6 a 10/11 Participação no Water Innovation Lab</p>		
dezembro			

por que atuar na agenda 2030?

Ao adotarem o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, em 2015, os países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) comprometeram-se a trilhar um caminho transformador para promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 15 anos.

As aspirações da Agenda 2030 estão expressas por meio de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco nas pessoas, no planeta, na prosperidade e na paz universal. Além disso, preveem uma parceria global em torno desses objetivos como única forma possível de atingi-los.

Há, portanto, uma evidente aspiração de um mundo mais justo e equilibrado, que considere a igualmente de direitos e de acessos a condições dignas de vida às gerações presente e futuras, que só pode ser atingido pelo engajamento e atuação conjunta de todos os segmentos da

sociedade. Na essência, é uma agenda que tem como elementos centrais os valores da sustentabilidade e da democracia.

O IDS atua na perspectiva de que todos os atores sociais devem assumir suas responsabilidades.

Os governos, devem incorporar a agenda em suas instâncias de planejamento e execução, sinalizando claramente à sociedade qual sua estratégia de desenvolvimento de longo prazo; o setor privado tem uma grande oportunidade de negócios conectados a uma agenda virtuosa cuja adoção é inevitável e que pode garantir sua sobrevivência no longo prazo; e a sociedade civil, onde se encaixa o IDS, deve incorporar esses valores em seu dia-a-dia, disseminar conhecimento e exercer o controle social sobre os demais atores. São estes os eixos nos quais procuramos desenvolver nossas atividades relacionadas ao tema, e sempre fortalecendo as parcerias e articulações com os demais

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



objetivos de desenvolvimento sustentável

resumo das atividades

O ano de 2017 marcou o segundo ano desde a adoção da Agenda 2030 pelos Estados-membros da ONU em setembro de 2015. Deste então, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que representam as aspirações desta resolução de caráter global, rapidamente ganharam grande notoriedade.

No Brasil, uma série de iniciativas da sociedade civil vem sendo desenvolvida para a efetiva implantação dos ODS. Uma das mais representativas delas é o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSC2030), do qual o IDS é membro. O Instituto também compõe o Grupo Facilitador na reunião de planejamento estratégico do GT, realizada em novembro. Dentre as inúmeras atividades realizadas, teve grande destaque o Relatório Luz da Sociedade Civil para a Agenda 2030, do qual o IDS foi um dos coordenadores, que avaliou o estado de implementação dos ODS no país e as perspectivas de avanços e retrocessos que se apresentam. O relatório teve grande repercussão na mídia nacional e também no cenário internacional, tendo sido apresentado no Fórum Político de Alto Nível da ONU, realizado em julho em Nova Iorque.



O relatório é parte da estratégia do GTSC2030 de influenciar na tomada de decisão do poder público para a efetiva adoção dos ODS como uma estratégia nacional. Dentre os resultados alcançados, merece especial menção a criação da Comissão Nacional dos ODS, vinculada à Secretaria Nacional de Articulação Social (SEGOV) da Secretaria-Geral da Presidência da República, porém com participação paritária entre membros do poder público e representantes da sociedade civil, uma demanda do GTSC2030 desde o lançamento da Agenda 2030.

Para o ano de 2018 aguarda-se os resultados das primeiras ações da Comissão Nacional e a intensificação dos esforços do GTSC2030 para internalização dos ODS nas políticas públicas, com particular atenção ao alinhamento entre as ações dos diferentes Ministérios com a agenda, bem como sua utilização com direcionador de recursos do orçamento público.

publicações

relatório luz da agenda 2030 de desenvolvimento sustentável

Sob coordenação do IDS e da Gestos Soropositividade, Comunicação e Gênero, foi elaborado de forma colaborativa o “Relatório Luz da agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, que representa a visão das organizações que compõem o GTSC2030 sobre os avanços, retrocessos e perspectivas sobre a implantação dos ODS no Brasil.

Os resultados apresentados indicam para um cenário extremamente preocupante. Pautado por evidências quantitativas e qualitativas, o estudo constatou que avançam legislações e normas explicitamente na contramão dos ODS, ao minarem mais ainda os sistemas de saúde, educação e seguridade social; contribuírem para o desemprego e trabalho indigno; afetarem avanços nos campos da segurança alimentar,

linha do tempo

junho

Participação no “Seminário-Consulta à Sociedade Civil: “Avanços e Perspectivas da Agenda 2030 e as Prioridades Futuras da União Europeia no Brasil”, com lançamento nacional do Relatório Luz da Sociedade Civil para a Agenda 2030.

Realização do Seminário “ODS – Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: avanços e desafios na Implementação da Agenda 2030 no Brasil”, em parceria com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (Cmads) e o GTSC2030.

julho

Participação na delegação brasileira durante o Fórum Político de Alto Nível da ONU

Entrevista para a ONU sobre as perspectivas da implantação dos ODS no Brasil
<https://nacoesunidas.org/ongs-veem-cenario-brasileiro-preocupante-para-os-objetivos-globais-da-onu/>

Publicação de Artigo “Sociedade Civil apresenta na ONU retrocessos do Brasil na agenda do desenvolvimento sustentável”
<http://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/mais-democracia-mais-sustentabilidade/sociedade-civil-apresenta-na-onu-retrocessos-do-brasil-na-agenda-do-desenvolvimento-sustentavel/>
 Blog Mais Democracia, Mais Sustentabilidade

agosto

na justiça social e ambiental e desconstruírem conquistas básicas nos campos dos direitos humanos, inclusive dos direitos sexuais e reprodutivos. As populações em maior situação de vulnerabilidade e o meio ambiente são, naturalmente, os maiores prejudicados, como comprovam, por exemplo, os ataques sem trégua às mulheres, aos jovens, às populações LGBTI, negra, quilombola e indígena (de todas as idades), à legislação do licenciamento ambiental e às unidades de conservação.

Não se limitando ao diagnóstico, o relatório trouxe também propostas para os sete objetivos que foram alvo de monitoramento pelo Fórum Político de Alto Nível da ONU, evento anual no qual os diferentes países reportam o avanço da Agenda 2030 em seus territórios. O relatório foi, inclusive, apresentado durante o Fórum em diferentes eventos, com grande repercussão.



setembro

Participação na delegação brasileira durante o Fórum Político de Alto Nível da ONU

outubro

Audiência Pública "Desenvolvimento Sustentável, Inovação e Industrialização", em parceria com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (Cmads) e Fundação Friedrich Ebert.

novembro

Reunião de planejamento estratégico 2018-2019 do GTSC2030

por que atuar no tema florestas e mudanças climáticas?

Mudanças climáticas são, se não o maior, um dos maiores desafios da humanidade, e certamente o mais abrangente. Somos todos impactados pelo fenômeno e seu enfrentamento só é possível com a participação de toda a sociedade.

Segundo o IPCC - o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, para termos chances razoáveis de conter o aumento da temperatura média global em 2° C em relação à era pré-industrial, devemos reduzir significativamente as emissões globais de gases de efeito estufa (GEE) nas próximas décadas e buscar zerá-las o mais cedo possível.

E o Brasil tem um importante papel a cumprir neste cenário. O país está entre as maiores economias do mundo e é um dos principais países com importante potencial de redução das emissões de GEE no planeta. Embora as emissões por desmatamento, que representaram 65%, do total das emissões brasileiras em 2005, tenham caído expressivamente na última década, a mudança do uso da terra ainda é a maior fonte de emissões nacionais.

Os 12% das florestas do planeta que se encontram no Brasil representam o maior estoque de biomassa (portanto, carbono) do mundo. A retomada no crescimento do desmatamento nos últimos anos representa uma ameaça a esse grande ativo, que garante o equilíbrio climático e pode gerar renda para milhões de pessoas por meio do manejo de floresta tropical, plantações florestais para fins industriais, biotecnologia, entre outras atividades.

Há também o desafio de conciliar nossos ativos florestais com o aumento da demanda de alimentos e demais produtos agropecuários a nível global, tendo em conta a grande capacidade de produção deste setor no Brasil. A atuação do IDS nesta frente reflete em grande parte seus valores. Articulações multistakeholders que garantem um processo democrático de construção de caminhos para o país, sobretudo por meio da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, pautados na aspiração de um país mais sustentável.

Foto 1 : Chris Jackson, junho, 2011.
Foto 2: Ricardo Pipo, fevereiro, 2008.

florestas e mudanças climáticas

O Brasil ainda possui um perfil de emissões de gases de efeito estufa altamente concentrado na mudança do uso do solo: mais de 50% do total das emissões nacionais, segundo dados do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG). Se somadas as emissões ligadas às atividades agropecuárias, este número chega a 73%. Portanto, a contribuição brasileira no combate às mudanças climáticas passa, necessariamente, por estes dois setores e suas inter-relações.

Mesmo após a ratificação do Acordo de Paris pelo Governo Brasileiro em setembro de 2016, que reconhece a importância destes setores na transição rumo a uma economia de baixo carbono, foram constantes as ameaças à sua efetiva implantação. Enquanto a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do país traz compromissos com o fim do desmatamento ilegal, e a restauração e reflorestamento de 12 milhões de hectares de vegetação nativa, a realidade demonstrou aumento do desmatamento na Amazônia e no Cerrado, bem como constantes tentativas de forças retrógradas do poder legislativo às unidades de conservação, terras indígenas e ao processo de licenciamento ambiental.



Como membro de seu Grupo Estratégico da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, uma articulação multisetorial que procura conciliar produção agrícola e florestal com o desenvolvimento do país e a preservação ambiental, sobretudo no combate às mudanças climáticas, o IDS participou ativamente da elaboração de posicionamentos a favor do avanço da economia de baixo carbono, envolvendo a efetiva implantação do Código Florestal, o combate ao desmatamento ilegal, a proteção às unidades de conservação e os mecanismos de valorização econômica da floresta em pé, entre outros.

Ao longo de 2017 foram emitidos os seguintes posicionamentos:



julho

agosto

setembro

novembro

Congresso volta a ameaçar áreas de proteção florestal

Queima de viaturas do Ibama é um ataque ao Estado Brasileiro na proteção de florestas e comunidades

Implementação do Programa RenovaBio é urgente e deve ser endereçada como Medida Provisória

Governo insiste na extinção de reserva mineral sem diálogo com a sociedade e sem estudo de impacto

Prorrogação do Cadastro Ambiental Rural ameaça implementação do Código Florestal

Posicionamento da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura sobre REDD+

Projeto de Lei do Senado ignora zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar

Julgamento das ADIs do Código Florestal é urgente

COP 23 deve considerar caráter estratégico da implementação das metas climáticas em suas negociações

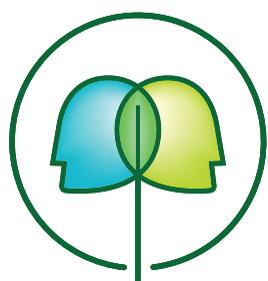
outras iniciativas

economia circular



Em outubro de 2017 o IDS estabeleceu uma parceria com o Programa de Economia Circular da Universidade de São Paulo (USP) para desenvolver estudos aprofundados sobre o tema. No mesmo mês, as organizações parceiras foram selecionadas para realização de diagnóstico das cadeias produtivas do sururu e da pesca, respectivamente nas comunidades do Mundaú e Jaguaré, na cidade de Maceió, e posterior estudo de potencial da utilização de resíduos e subprodutos das cadeias produtivas do sururu e da pesca como insumos para outros ciclos produtivos.

O projeto é financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e tem como organização implementadora o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS). Os resultados do estudo serão publicados no primeiro semestre de 2018.



Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS)

O IABS é o principal parceiro do IDS na execução de ambas as descritas aqui, Economia Circular e Rural Sustentável. Tais atividades reforçam a aliança estratégica entre IDS e IABS, de modo que novas oportunidades se abrem para os próximos anos.

rural sustentável

Em julho o IDS assinou contrato para realização de estudos no âmbito do Projeto Rural Sustentável, financiado pelo BID e executado pelo IABS. O principal objetivo do projeto é fomentar a implantação de tecnologias de baixo carbono em propriedades rurais, contribuindo para redução da pobreza, conservação da biodiversidade e proteção do clima.

Em sua primeira fase, as atividades estão focadas na melhoria da gestão da terra e das florestas por agricultores nos biomas Amazônia e Mata Atlântica. O escopo das atividades do IDS envolvem o alinhamento dos resultados do projeto com a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a definição de critérios específicos para premiação de produtores que vão além dos requisitos mínimos do projeto e a elaboração de vídeos temáticos para divulgação das tecnologias, entre outras.

Para mais informações sobre o projeto, acesse:
<http://www.ruralsustentavel.org/>



O IDS participa das atividades do projeto MapBiomias desde sua idealização e lançamento, em 2015. A iniciativa envolve uma rede colaborativa de especialistas nos biomas brasileiros, como foco no uso da terra, sensoriamento remoto, SIG e ciência da computação, utilizando processamento em nuvem e classificadores automatizados desenvolvidos e operados a partir da plataforma Google Earth Engine, a fim de gerar uma série histórica de mapas anuais de cobertura e uso da terra do Brasil.

O projeto é uma importante referência para realização de atividades por meio de redes multi-institucionais de universidades, empresas e ONGs, favorecendo-se de ferramentas tecnológicas para viabilizar a colaboração remota e a necessidade de processamento de dados em grande escala.

Em 2017 foi lançada a Coleção 2 de mapas, posteriormente atualizada no fim do ano, com maior funcionalidade e precisão.

Para mais informações sobre o projeto e acesso aos mapas, acesse:

<http://mapbiomas.org/>





O Instituto Innovaction foi uma parceria entre o IDS, a Microsoft e a Artemisia para apoiar pessoas com ideias inovadoras a transformar seus projetos em empresas. Entre 2016 e 2017 foram realizados ciclos de capacitação que contemplaram mentoria em negócios e gestão financeira, assessoria jurídico-contábil e workshops de sustentabilidade, entre outras frentes fundamentais para o desenvolvimento de uma startup alinhada aos principais desafios da atualidade.

A atuação do IDS se deu por meio da identificação de startups com capacidade de contribuir para solução de grandes desafios socioambientais, capacitando-os e oferecendo caminhos para seu desenvolvimento, bem como pela formação em sustentabilidade de todos os empreendedores que passaram pelo programa. Em novembro de 2017 o Instituto Innovaction encerrou suas atividades, tendo apoiado diversas startups nos estágios iniciais de seu desenvolvimento.

comunicação

destaques

Blog “Mais Democracia, Mais Sustentabilidade”

Em 2017 o IDS lançou o Blog “Mais Democracia, Mais Sustentabilidade”, resultado de parceria com o Estado de São Paulo. Entre o mês de lançamento (julho) e o fim do ano foram publicados 17 artigos de autoria da equipe colaboração de associados, com cerca de 12 mil compartilhamentos nas redes sociais. As publicações divulgando os posts no Facebook atingiram mais de 400 mil pessoas.

O blog pode ser acessado na seguinte página:

<http://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/mais-democracia-mais-sustentabilidade/>

mídias sociais



42.898
curtidas/seguidores



2.617
seguidores



419
seguidores



630
seguidores

julho	Sociedade civil apresenta na ONU retrocessos do Brasil na agenda do desenvolvimento sustentável	Temer faz leilão de conquistas socioambientais para permanecer no Planalto
	Programa de metas de Doria: 517 páginas e nenhuma menção a saneamento	A conta de água vai mudar em São Paulo, e você pode participar
agosto	STF decide o futuro das conquistas socioambientais	A nova investida da bancada ruralista para enfraquecer o licenciamento ambiental
setembro	Brics: Uma proposta de nova ordem mundial que ignora direitos básicos dos cidadãos	Minas Gerais muda tarifa para aumentar investimentos em saneamento e mananciais
		Vereadores deixam na gaveta projeto que pode ajudar SP a enfrentar futuras crises hídricas
outubro	Código Florestal inaugurou período de maior retrocesso socioambiental, diz ambientalista	
novembro	As novas lições de Itu ao presidente Temer e à República	Decisões do governo Temer sobre terras indígenas afrontam a Constituição, diz Santilli
dezembro	Povos tradicionais combatem retrocessos ambientais e ganham reconhecimento internacional	Levantamento revela situação dramática dos rios de São Paulo
		2018 poderá ser decisivo para a luta socioambiental no Brasil

financeiro

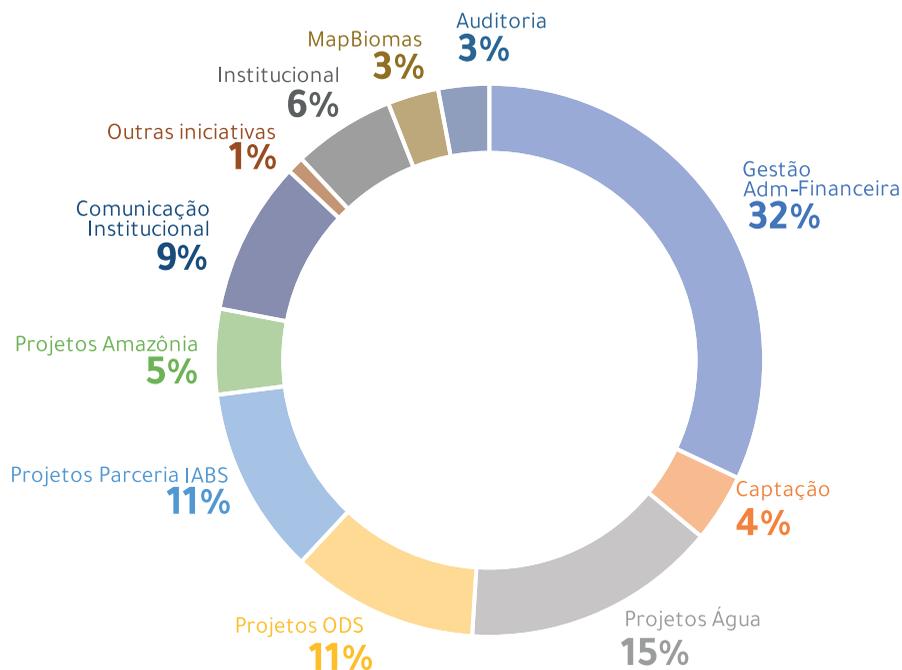
Em 2017 o IDS procurou reduzir seus custos fixos e atuar sob uma estrutura de custos eficiente, ao mesmo tempo em que diversificou suas fontes de financiamento. Nesse período o Instituto passou por uma transição bem sucedida de financiamento, deixando paulatinamente um modelo de grandes doadores e estruturando um processo de captação de recursos. Atuando basicamente por intermédio de parcerias e das redes de organizações da que faz parte, o Instituto logrou desenvolver atividades em diversas frentes e, ainda assim, manter uma estrutura administrativa enxuta.

orçamento executado

R\$ 728 mil

Assim como nos anos anteriores, a maior das despesas do IDS segue destinada à equipe, devido à sua atuação como think tank, onde os maiores ativos da organização são as pessoas que a compõem. Cerca de 70% do total do orçamento foi utilizado para pagamento da equipe fixa do Instituto.

Abaixo há um detalhamento da finalidade das despesas. Em 2018 espera-se um aumento da participação das despesas diretas, dados os projetos assumidos pelo IDS no segundo semestre de 2017 cuja maior parte da execução se dará ao longo de 2018.





RELATÓRIO DE **ATIVIDADES** 2017



Instituto Democracia e Sustentabilidade
Travessa Dona Paula, no 1. Conjunto 4
Higienópolis. São Paulo - Brasil
www.idsbrasil.org